

Revisão orçamentária enfrenta impasse

210
Andrei Meireles

O deputado José Serra (PSDB-SP) sugeriu, ontem, na reunião dos *Colégios de Líderes*, que o Governo atualize os recursos para as despesas dos poderes da União aplicando a Unidade de Reajuste Orçamentária (URO), enquanto persistir o impasse no Congresso Nacional em torno da aprovação da revisão orçamentária. A alternativa examinada até o momento pelo Governo seria a promoção da revisão do Orçamento através de medida provisória, o que é considerado inconstitucional pela maioria dos líderes partidários. O deputado Ricardo Fiúza, líder do PFL, anunciou, após o fracasso do entendimento, que vai propor ao Governo a aplicação da URO.

Os partidos governistas, com o apoio do PMDB e do PSDB, tentaram um entendimento para aprovação, ontem, da revisão orçamentária, mas as esquerdas não aceitaram, insistindo num acordo que marcasse, também, o dia da deliberação sobre a política salarial e a medida provisória que trata dos benefícios da Previdência Social. O reduzido número de parlamentares em Brasília inviabilizou qualquer votação na sessão de ontem à noite do Congresso Nacional.

A reunião do Colégio de Líderes, a primeira após a eleição, teve um caráter inédito — foi aberta à imprensa. As dificuldades provocadas pela não revisão orçamentária foram expostas pelos deputados Ricardo Fiúza e Humberto Souto — líder em exercício do Governo — e reforçadas pelo deputado Ibsen Pinheiro líder do PMDB. Os deputados Gumercindo Milhomem, do PT, e Miro Teixeira, do PDT, não acei-

taram o apelo, argumentando que tinham interesse na votação de outros projetos — política salarial e benefícios dos aposentados — e insistiram na vinculação entre elas, apesar de serem favoráveis à revisão orçamentária. O deputado Roberto Freire, líder do PCB, diante do impasse, fez uma última proposta de entendimento: as esquerdas aceitariam a votação da revisão orçamentária desde que as lideranças governistas se comprometessem com um calendário para a deliberação sobre as demais propostas polêmicas em tramitação no Congresso Nacional.

Os deputados Ricardo Fiúza e Humberto Souto, alegando que a medida provisória que trata da política salarial sequer foi lida no Congresso Nacional, recusaram a fixação de um calendário de votação. Diante do impasse, a reunião foi suspensa sem qualquer acordo. As lideranças governistas, porém, gostaram da sugestão de Serra da aplicação da URO, cuja legalidade é inquestionável, o que evitaria a paralisação de programas sociais e o pagamento dos benefícios aos aposentados.

A expectativa entre os líderes partidários é de que dificilmente o Congresso Nacional terá quorum esta semana para qualquer votação. Ontem à noite, os poucos parlamentares que compareceram à sessão noturna do Congresso nada votaram. Vários líderes convocaram suas bancadas para virem esta semana a Brasília, mas em muitos Estados a contagem dos votos ainda não se encerrou e os deputados permanecem acompanhando as apurações na expectativa de conseguirem a reeleição.



Givaldo Barbosa

Os líderes tentaram negociar um calendário de votação, que foi rejeitado pelos governistas